

À
Prefeitura do Município de Diadema - Secretaria das Finanças
Diadema - SP

A/C: Depto. de Suprimentos, Patrimônio e Documentação

Prezados Srs.;

Na qualidade de empresa especializada em Sistemas de Missão Crítica, em particular nos de Votação Eletrônica, tendo sido responsável pelo desenvolvimento daqueles utilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral nas Eleições Oficiais do Brasil em 1996, 1998 e em 2000; além de atuar no mercado privado prestando os mesmos serviços desde 2007; servimo-nos da presente para atender ao Edital de Convite de No. 036/2009 referente ao Processo de Compras No. 331/2009, mas apresentando **TOTAL IMPUGNAÇÃO** à continuidade do processo com o seu conseqüente **CANCELAMENTO**, pelos motivos que relacionamos abaixo:

1. O Edital refere-se à Prestação de Serviços de Desenvolvimento de um Sistema Informatizado Específico, destinado à realização de Eleições do Conselho Tutelar do Município, de preparação do ambiente e dos de Apuração dos Resultados de uma eleição a se realizar em 26.07.09, num processo licitatório publicado em 23.06.09 para encerrar-se em 30.06.09.

De início, tais prazos não têm qualquer realidade com o que se possa demandar para obtenção da documentação atualizada requerida, para uma análise detalhada, séria e profissional do problema a ser resolvido e dos custos envolvidos e, principalmente, pelo desafio de desenvolvimento de um Sistema Específico como se faz necessário pelo Edital sem riscos para o processo eleitoral.

2. Em segundo lugar, dada a problemática toda envolvida em um Sistema de Eleições Eletrônicas, seria mandatório que o documento publicado contivesse TODAS as especificações necessárias e suficientes para o desenvolvimento do referido Sistema Aplicativo, de forma detalhada.

Entretanto, infelizmente, o Edital NÃO CONTÉM qualquer tipo de informação que possa ser considerada RELEVANTE sob o ponto de vista de qualquer empresa responsável e conhecedora do assunto que, sem ter sido previamente orientada, possa atender ao que pretende o Edital. Na verdade, o documento não chega a ser sequer “pobre” sob o ponto de vista técnico profissional, restringindo-se a um pequeno conjunto de características irrelevantes, isoladas como estão postas.

3. Por outro lado, mesmo que o Edital contivesse, e não contém, sob o ponto de vista estritamente técnico e profissional, todo o conjunto de especificações técnicas demandado para o desenvolvimento do referido Sistema Aplicativo, o prazo concedido para a sua realização, que é de menos de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de adjudicação do licitante vencedor, também seria **ABSOLUTAMENTE INEQUÍVEL** para quem não as tivesse recebido de forma muito antecipada.

4. O ANEXO I do referido Edital contempla uma série de imperfeições, além de ser absolutamente incompleto, impreciso e confuso, dentre as quais ressaltamos:

- Apresenta uma Especificação Técnica de Equipamentos e de Software Básico claramente direcionada, sem qualquer justificativa técnica e principalmente, não faz esclarecer de forma inequívoca e cristalina se os mesmos devem ser propostos para aquisição em definitivo pela Prefeitura de Diadema, ou apenas cedidos em comodato para uso no período da Eleição.

Microbase Tecnologia, Serviços e Comércio Ltda.

04614-013 – Rua Demóstenes, 597 – São Paulo – SP

Fone : (11) 5092.5596 Fax : (11) 5092.5596 – R. 234 E-mail : microbase@microbase.com.br

- No que se refere ao Suporte Técnico, não está absolutamente claro se o que se demanda é uma equipe técnica em cada Zona Eleitoral ou um plantão na Sede da Prefeitura, por exemplo.
- Não foram juntadas ao Edital quaisquer indicações, especificações e ‘layouts’ de instalação física previstos para cada uma das 20 Zonas Eleitorais previstas, de modo a fornecer os elementos necessários para a interligação em rede das URNAS, onde isto venha a se fazer necessário (!).
- Muito embora chegue a especificar a linguagem de desenvolvimento do Sistema Aplicativo, pretendendo demonstrar uma preocupação com a portabilidade da solução, o referido Edital é ABSOLUTAMENTE OMISSO em tudo o que, de fato, é importante e mandatório em qualquer Sistema de Votação Eletrônica. Ou seja, resumidamente, além de todo o detalhamento de procedimentos, que é muito grande em tais casos, quais os pressupostos pretendidos para a Segurança, a Retomada e a Contingência em caso de falha de qualquer componente e, principalmente, para os procedimentos que impossibilitem tentativas de fraude e que permitam, a qualquer tempo, uma Auditoria Integral do Sistema e dos resultados através dele obtidos.
A referência feita à necessidade de se gerar uma chave MD5 para garantir a autenticidade “do Sistema” é absolutamente inócua, inadequada e insuficiente para Sistemas de Votação Eletrônica, o que pode ser plenamente esclarecido consultando-se a Norma ISO – série 27.000 que trata de Segurança da Informação.
- Não faz qualquer menção à necessidade de materialização dos votos (impressão) ou de um sistema que o substitua plenamente para fins de Auditoria posterior.
- Não estabelece quais os tipos de Pleitos deverão estar implementados no Sistema (Majoritário, Proporcional, Legendas, Vagas Únicas ou Múltiplas Vagas, Consultas, etc) nem, muito menos, descreve o pleito em tela e o processo de votação da Eleição desejada com os detalhes devidos.
- Faz menção a uma eventual conexão entre as Estações dos Mesários, sem qualquer detalhamento maior das funcionalidades pretendidas e, principalmente, sem qualquer detalhamento técnico da Rede e do sistema aos quais tais equipamentos estarão conectados.
- Não faz menção a um Procedimento Formal de Auditoria, pelo que torna inócua, inadequada e insuficiente, também, a solicitação de uma ‘Chave de Acesso’ para Autoridades. Pergunta-se: acesso a que, em que momentos, de que forma, para verificar o perfeito estado do que, etc.
- Não existe qualquer menção a uma Cerimônia de Inseminação e de Aceitação do sistema final a ser efetivamente utilizado, incluindo os necessários Testes de Penetração, como também a forma de lacração do ‘hardware’ e do ‘software’ a serem empregados, de modo a garantir inquestionavelmente a transparência e a lisura dos pleitos a serem realizados através dele.

Na verdade, dada além da exigüidade do prazo concedido para o desenvolvimento de uma solução específica, ele sequer prevê as condições de monitoramento e de controle da solução e nem a necessária fase de testes exaustivos que demanda todo e qualquer Sistema de Missão Crítica, como o de Eleições Eletrônicas.

Esta não é, apenas, a nossa opinião profissional, mas representa consenso em toda a coletividade de informática internacional, como bem ressalta a obra de referência ‘Engenharia de Software’ de Roger S. Pressman que em sua pág. 486 estabelece (tradução e grifos nossos):

“ Muito embora todas as aplicações de software devam ser consistentes e seguras, os sistemas de tempo real e de missão crítica demandam consistência, disponibilidade, e solução de reinício e de recuperação. Tendo em vista que o mundo real é monitorado e controlado, a perda de uma dessas faculdades, ou de ambas, é intolerável na maioria das circunstâncias. Consequentemente, Sistemas de Missão Crítica devem conter mecanismos de reinício e de recuperação e, frequentemente, de redundância para garantir ‘backup’ ”.

Deste modo, convenhamos, a falta de tais exigências e especificações no Edital é mais um fator determinante que inviabiliza o desenvolvimento de uma aplicação séria e completa, como é de se demandar para o caso, e que justifique o investimento pretendido.

- Não há qualquer menção à Base de Dados dos Eleitores, seu ‘layout’ e formato, como e quando seria fornecida, etc, o que poderá inviabilizar a realização dos Serviços da Eleição do dia 26.07.09.
- A referência feita o Acesso à Internet, Projetor de Imagem, Impressora para as Estações de Mesário, Sonorização, etc, de forma genérica e sem qualquer detalhamento, além de confusão, gera uma série enorme de questionamentos técnicos e inviabiliza a visualização da amplitude do que a Prefeitura de Diadema realmente pretende obter do Sistema licitado.
- No que se refere à entrega do Sistema Aplicativo em formato “fonte”, o que é absolutamente INADEQUADO e CONDENÁVEL sob o ponto de vista de garantia de lisura, o Edital não faz qualquer menção ao detalhamento da documentação técnica que deve acompanhá-lo, ou não, em que padrão e em que prazo, o que, novamente, inviabiliza qualquer fornecimento feito por uma empresa com a seriedade e o profissionalismo demandado, seja pelo prazo, seja pelo custo.

Assim, esperamos ter justificado de forma cabal a nossa **IMPUGNAÇÃO** ao Edital de Convite No. 036/2009, reiterando o nosso requerimento formal de que se proceda ao seu **CANCELAMENTO**.

É claro que nossa **IMPUGNAÇÃO** se dá em respeito ao que se demanda de uma Licitação Pública, mas sem deixar de considerar a importância da eleição de um ‘Conselho Tutelar’, órgão que tem por objeto o benefício e o destino de milhares de crianças e adolescentes do Município de Diadema.


Não nos esquecemos, também, do respeito devido aos contribuintes, que demandam e merecem uma aplicação correta e adequada dos impostos que lhes são recolhidos; e que esperam uma Eleição justa e perfeita para o Conselho Tutelar de seu Município, com a necessária e devida transparência e lisura e com absoluta garantia da inviabilização de qualquer tentativa de manipulação de processos e de resultados, dentro de uma sistemática que independa do comportamento ético de quem quer que seja.

Entendemos nós que, para um prazo tão curto e na falta das especificações mínimas necessárias, no melhor interesse do Município de Diadema, novo Edital deva ser publicado, solicitando a Prestação de Serviços de Realização da Eleição, especificando um conjunto completo e detalhado de funções e de características gerais de funcionamento que atenda a todas as suas reais necessidades, para resolver o problema que ora se apresenta, isto é, o de Eleição do Conselho Tutelar, sem demandar o desenvolvimento de uma solução específica que a obrigue detalhar quaisquer minúcias de implementação da solução, as quais deverão ficar a cargo dos especialistas no assunto.

Assim procedendo, a Prefeitura de Diadema poderá servir-se de soluções existentes de empresas que já fornecem Serviços e Sistemas de Votação Eletrônica para oferecer-lhe, em prazo adequado e por um custo bastante acessível, uma solução consistente e suficientemente testada para a Eleição demandada.

Posteriormente, se assim desejar e entender que se justifica, a Prefeitura de Diadema poderá dedicar-se a adquirir o conhecimento necessário e suficiente que lhe permita detalhar minuciosamente um novo Sistema Específico de Votação, mas um que possa atender não somente a uma mera necessidade de momento, mas a muitas outras, tais como, Consultas à População (plebiscitos), Eleições das Associações de Pais e Mestres das Escolas Municipais, etc, rentabilizando adequadamente o investimento que não será de pequena monta.

Nestes termos, assim pede deferimento ao que requer;



Octaviano du Pin Galvão Neto
Sócio-Gerente